

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO QUANDO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTA RITA DE CÁSSIA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA/PR.	
NATUREZA: 4. Fornecimentos	
VALOR MÁXIMO: R\$ 2.248.648,21 (dois milhões e duzentos e quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos centavos)	
CARACTERÍSTICA: Sistema registro de preços (Ata registro de preços)	PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado	LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA: Não
DADOS GERAIS	
GARANTIA DE PROPOSTA: Não se aplica	GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço	ADJUDICAÇÃO: Por item
INVERSÃO DE FASES: Não se aplica	ANÁLISE/AVALIAÇÃO DA PROPOSTA: Não se aplica
INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES: Não	VEDADO PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO: Não
PERMITE SUBCONTRATAÇÃO Não	
POSSIBILIDADE DE PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR Não	
TOLERÂNCIA DE CASAS DECIMAIS: Até 4 casas após a vírgula.	
DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA FINS DE ASSINATURA DE ARP/CONTRATO JUNTO AO MUNICÍPIO: Não será exigido neste processo	
COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DO PRODUTO JUNTO A ÓRGÃOS REGULAMENTADORES: Autorização de Funcionamento – AFE, expedido pela ANVISA	

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portal Nacional de Contratações Públicas</li> <li>• Portal de Transparência do Município – <a href="https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/">https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/</a></li> <li>• Diário Oficial do Município - Diário Oficial Eletrônico.</li> <li>• Mural das Licitações Municipais - <a href="http://www.tce.gov.br">www.tce.gov.br</a></li> <li>• Jornal de circulação local – Diário do Noroeste</li> </ul>	
DATAS RELATIVAS AO CERTAME	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/DOCUMENTOS	Até às 8h00min do dia 02 de abril de 2024
SESSÃO PÚBLICA/LANCES	Às 9h00min do dia 02 de abril de 2024
BENEFÍCIO PARA LICITANTES ENQUADRADOS COMO MICRO E PEQUENAS (ME) EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)	
<p><b>Edital ampla participação</b>  <b>Nos termos do Processo 465761/17 – Prejudicado TCE/PR, por se tratar de processo licitatório para a aquisição de medicamentos.</b> No entanto será assegurado o critério de desempate as ME e EPP – previsão contida nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações.</p>	
ENDEREÇOS	
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:  <a href="https://bll.org.br/">https://bll.org.br/</a>	EMAIL OFICIAL:  <a href="mailto:janaina@novalondrina.pr.gov.br">janaina@novalondrina.pr.gov.br</a>
REGULAMENTOS MUNICIPAIS APLICÁVEIS	
Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal	
Dispõe sobre a fase preparatória dos procedimentos licitatórios no Município de Nova Londrina/Pr.	
Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito do Poder Executivo Municipal.	
Regulamenta o enquadramento de bens nas categorias comum, especial e de luxo, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Nova Londrina/Pr	
Estabelece regras e diretrizes para gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal de Nova Londrina/Pr	

Dispõe sobre o processo administrativo de responsabilização por sanções (PARS), da aplicação de penalidades e da reabilitação no âmbito do Poder Executivo Municipal.	
Define a abrangência dos termos "local" e "regional" para fins do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, no âmbito do Município de Nova Londrina, referente à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte em licitações e à restrição territorial pela peculiaridade do objeto, conforme previsto no regulamento específico.	
Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Nova Londrina/Pr	
Dispõe sobre a possibilidade, mediante expressa previsão no instrumento convocatório, de realização de licitações exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas local ou regional, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47 da Lei Complementar n.º 123/2006	

O Município de Nova Londrina/Pr, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 81.044.984/0001-04, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônico, nos termos da LEI 14.133/2021, LC123/2006 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MINUTA(S) .....	25
ANEXO II – DECLARAÇÕES.....	34
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA FINAL .....	35
ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA .....	37

## 1. DO OBJETIVO DO CERTAME

1.1. O objetivo da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do objeto descrito no quadro de dados gerais e detalhado no anexo IV deste Edital.

## 2. DO CREDENCIAMENTO

### 2.1. Do credenciamento na licitação

2.1.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas devidamente cadastradas junto ao Sistema BLL - Compras.

2.1.3 Não poderá participar da licitação:

a) Empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) Agente público do órgão ou entidade licitante, estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- g) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- h) Empresa que estiver impedida de contratar com a administração pública ou declarada inidônea.

2.1.4. O licitante deverá estar credenciado no Sistema descrito no item 2.1.2 deste edital, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.1.8. A obtenção dos benefícios a que se trata a Lei Complementar 123/06 (ME e EPP), fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.1.8.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.1.8.2. Não será aplicado o disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do art. 4º, §1º, I, no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4,8 mi).

2.1.9. A licitação será conduzida por Pregoeiro, auxiliada por equipe de apoio, o qual tomará decisões, acompanhará o trâmite da licitação, dará impulso ao procedimento licitatório e executará quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

## **2.2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA:**

2.2.1. As licitantes interessadas deverão nomear operador junto ao sistema BLL - Compras atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações relativos ao presente processo, no site <https://bll.org.br/>.

2.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação junto ao sistema BLL - Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências previstas neste edital.

2.2.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

3.1. A participação no Pregão, se dará por acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtida junto ao operador do sistema BLL - Compras, onde também deverão informar-se a respeito de seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.

3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.5. Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrem nas vedações previstas no item 2.1.3 deste edital.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ao 4.5.4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.15. No presente processo será aceito valores com até 4 (quatro) casas após a vírgula, nos termos da Recomendação GEPATRIA, a fim de fomentar a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

4.16. A licitante deverá conceder o desconto CAP (Coeficiente de Adequação ao Preço), incidente sobre o Preço de Fábrica – PF de medicamentos nas compras que serão realizadas pelo Município de Nova Londrina-Pr - ( $PMVG=PF*(1-CAP)$ ), relativos aos seguintes medicamentos:

- a) Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Competente Especializado da Assistência Farmacêutica – Portaria 2.981/2009;
- b) Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS;
- c) Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados;
- d) Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer;
- e) Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação;
- f) Produtos classificados nas categorias I, II e V de acordo com o disposto na Resolução nº2/2004.

4.17. Nos casos em que não é aplicado o CAP (Coeficiente de Adequação ao Preço), o distribuidor é obrigado a fornecer os produtos tendo como referência máximo o Preço do Fabricante<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Nos termos da Orientação Interpretativa da CMED 02/2006 e art. 5º, §1º da Resolução nº02/2018 – CMED.

4.18. Nos preços propostos deverão consignar as isenções e benefícios decorrentes das normas aplicáveis e devem ser previstas as desonerações decorrentes dos convênios no âmbito do CONFAZ, em especial ao Convênio CONFAZ ICMS 87/02 e alterações, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente na proposta e nos documentos fiscais da licitante fornecedora.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item/grupo ou percentual de desconto, conforme estabelecido no edital;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações mínimas à especificação do Termo de Referência: descrição do produto ofertado com a indicação precisa da marca, modelo e demais informações, onde deverá contemplar no mínimo o exigido no Anexo IV - Termo de Referência,

5.1.3. A descrição detalhada do produto ofertado a qual deverá ser feita no corpo da proposta de preços, com a indicação precisa de (nos casos de medicamentos de referência e similar, fazer a indicação de (nos casos de medicamentos genéricos, fazer a indicação do laboratório), em todos os casos, fazer indicação do código BR e demais informações conforme especificações mínimas descritas no Anexo IV.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, onde serão considerados os apresentados com até a quantidade de casas decimais toleradas neste processo, conforme previsto no quadro do preâmbulo deste edital, onde será desprezado qualquer valor além do permissivo.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação (art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133, de 2021). Caso a licitação for de registro de preços, o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 01 ano contados da data da homologação do presente expediente, independente de menção expressa na proposta, salvo se esta ocorrer em prazo superior a 30 dias após a abertura das propostas, o que poderá ser reduzido equivalentemente.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo IV - Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato



cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário/por grupo (conforme forma de julgamento previsto na tabela constante no preâmbulo do edital) e Anexo IV.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. Caso seja previsto neste edital (na tabela do Anexo IV), o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

## **7. MODOS DE DISPUTA – ABERTO E FECHADO (ART. 31, 32 E 33 DO DECRETO 10.024/2019)**

### **Modo de disputa “aberto e fechado” (quando esta opção estiver marcada na tabela do preâmbulo deste edital)**

7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.11.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.11.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.13.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.13.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

- 7.13.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.13.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 7.14.1. Empresas estabelecidas no município de Nova Londrina/Pr;
- 7.14.2. Empresas brasileiras;
- 7.14.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.14.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.15. Nos termos do § 2º do art. 60 da Lei 14.133/21, as regras previstas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

7.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.17. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- 7.17.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.18. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7.19. DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES**

- 7.19.1. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.19.2. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na legislação correlata e no item 2.1.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação (§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021), mediante a consulta aos cadastros previstos no item 2.1.3, letra I deste edital.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.1.8, 2.1.9.1 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. após os lances, apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.3.1. A classificação relativa aos preços será apurada após encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, onde será desclassificada a proposta e/ou item com valor acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação. Nos casos em que o valor inicial proposto se demonstrar inexequível, a proposta e/ou item será desclassificado antes mesmo dos lances.

8.7.4. Após esgotado a fase de lances, caso o valor final da licitante vencedora se apresentar superior ao valor de mercado (valor que a mesma apresentou em orçamento para fins de apuração do valor de referência do edital), a mesma será intimada para reduzir o seu valor ao mesmo patamar do valor proposto no orçamento, onde na recusa, a proposta será desclassificada, sem prejuízos da aplicação das penalidades cabíveis ao caso.

8.7.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

8.7.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia (se for o caso), além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do custo unitário orçado pela administração, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Caso seja exigida a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência – Anexo IV, sob pena de não aceitação da proposta/item (conforme tipo de julgamento – item /grupo).

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta ou item (conforme tipo de julgamento – item /grupo) do licitante será recusado.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.19. Nos itens/grupos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.20. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8.21. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Anexo IV - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 (apenas pelo licitante vencedor), os quais deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. No presente certame:

9.3.1. No presente certame, será permitido a participação de consórcio de empresas, aplicando-se as seguintes regras:

a) A habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado.

b) Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de comprovação de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c) Deverá ser apresentado, comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

c.1) O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso aqui previsto;

d) Deverá fazer indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

e) Fica impedido de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

f) É de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (art. 12, IV da Lei 14.133/21).

9.4.1. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade (art. 12, V da Lei 14.133/21).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6.1. A habilitação será verificada, onde somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.7.2. Os documentos relativos à habilitação prevista no Anexo IV - Termo de Referência, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos da lei.

9.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

9.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 9.12.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.12.2. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital;
- 9.13. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.13.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.13.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. Nos itens/grupos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item/grupo, que estiver concorrendo em outro item/grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/grupo em que venceu às do item/grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Nos termos do item 7.15 e seguintes, será solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (Anexo III), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. É facultado pela administração através do pregoeiro, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. A proposta final do licitante mais bem classificado, deverá ser encaminhada no prazo previsto acima, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, conforme Anexo III e deverá:

10.3.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

10.3.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (facultativo).

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II da Lei 14.133/21).

10.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

### 10.8. **Comprovação de regularidade do produto junto a órgãos regulamentadores:**

10.8.1. Juntamente com a proposta da licitante vencedora (dos itens vencidos pela licitante) deverá ser encaminhado a seguintes comprovações:

**a) COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DOS PRODUTOS NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, ATRAVÉS DE SEU REGISTRO, ISENÇÃO, NOTIFICAÇÃO OU CADASTRAMENTO (dos itens vencidos pelo licitante).**

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 Lei 14.133/21](#), da ata de julgamento.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
  - II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
  - IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- § 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- § 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

### **13.2. DA FORMALIZAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO**

- a) Da formalização da Ata de Registro de Preços (SRP)
- b) Adjudicado e homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- c) Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida ao município.

d) O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

e) Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens/grupos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/grupo(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

f) Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

g) A vigência da presente Ata é de 12 meses a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da Lei 14.133/21).

13.3. Na assinatura do instrumento, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. (Art. 90, § 2º da Lei 14.133/21).

13.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (Art. 90, § 2º da Lei 14.133/21).

13.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante. (Art. 90, § 5º da Lei 14.133/21).

## **14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

14.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes que assim desejarem, poderão fazer constar em ata, que aceitam praticar os preços iguais aos do licitante vencedor, onde em caso de necessidade, será assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, nos termos da legislação correlata constante no quadro do preâmbulo do edital.

## **15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos nos Anexo IV e Minutas de contrato ou ata de registro, quando for o caso.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Anexo IV do edital e Minutas de contrato ou ata de registro, quando for o caso.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Anexo IV.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. As causas de infrações e sanções administrativas estão constantes no Anexo IV – Termo de Referência.

18.2. A aplicação das sanções previstas neste processo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [janaina@novalondrina.pr.gov.br](mailto:janaina@novalondrina.pr.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada para o endereço: Praça da Matriz, 261, Centro.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

20.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.5. Fraudar a licitação

20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 20.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 20.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 20.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 20.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 20.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013.
- 20.1.9. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 20.1.10. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 20.1.11. Der causa à inexecução total do contrato;
- 20.1.12. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame
- 20.1.13. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 20.1.14. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.15. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 20.1.16. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no curso da execução do contrato;
- 20.1.17. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 20.2.1. **Advertência** (quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei));
  - 20.2.2. **Multa (nos termos previstos no item 20.4);**
  - 20.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** (quando praticadas as condutas descritas nos itens 20.1.10 a 20.1.15 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei));
  - 20.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8, 20.1.16 e 20.1.17, bem como nas alíneas 20.1.10 a 20.1.15, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- 20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 20.3.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 20.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública
  - 20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.4. A multa será recolhida no percentual descrito abaixo, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
  - 20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
  - 20.4.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
  - 20.4.4. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 20.4.5. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 20.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
- 20.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 20.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 20.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 20.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 20.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 20.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 20.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 20.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 20.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e as demais regulamentações pertinentes estão previstas no Decreto Municipal n.º .

## **21. DAS PRÁTICAS CORRUPTAS**

A contratada/detentora de ata de registro de preços que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incurso em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Se de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante do CONTRATANTE, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou contratada/detentora de ata de registro de preços, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador, poderá:

- a) Rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;
- b) Declarar a contratada/detentora de ata de registro de preços inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

21.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

21.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a contratada/detentora de ata de registro de preços concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21.4. Demais condições previstas na Lei 14.133/21.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Será dada a prioridade de aquisição, aos produtos das cotas reservadas, quando forem adjudicadas aos licitantes qualificados como MPE's, no entanto, se as vencedoras das cotas principal e reservada forem MPE's distintas, será dado prioridade na contratação daquela que cotou o menor preço, justificando a escolha da cota que apresenta condições mais vantajosas a administração, mesmo que seja a cota principal.

22.7.1. Ficam ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições da solicitação de compra, devidamente justificada pela administração.

23. Nos itens relativos às cotas principais e reservadas para MPE's, se a mesma licitante se sagrar vencedora do item relativo à cota reservada para MPE's, bem como do item de ampla participação, prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles.

23.1. Não havendo licitante vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

23.2. Quando não houver vencedor para a cota principal poderá haver adjudicação em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora da cota reservada ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota reservada.

24. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27. O extrato do Edital estará disponibilizado no Diário Oficial do Município e Jornal de grande circulação local.

28. O inteiro teor do edital e seus anexos estarão disponíveis, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal Transparência do Município no endereço eletrônico: <https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/>.

29. Os recursos e impugnações deverão ser apresentados/enviados para o e-mail [janaina@novalondrina.pr.gov.br](mailto:janaina@novalondrina.pr.gov.br), aos cuidados da comissão de contratação.

30. A licitante deverá para fins de comunicação pessoal oficial, informar um e-mail em que tenha uso constante, sendo tal endereço eletrônico o único meio oficial utilizado pelo Município para fins de comunicações processuais de quaisquer naturezas, inclusive impugnações, recursos e esclarecimentos, contando-se os prazos a partir do primeiro dia útil a contar do envio.

Nova Londrina/Pr, 18 de março de 2024

**LUIZ GUSTAVO MAIOR BONO**  
Secretário Municipal de Saúde



## ANEXO I – MINUTA(S)

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ que entre si celebram, de um lado, o Município de \_\_\_\_\_, e de outro a empresa, na forma abaixo.

OBJETO: \_\_\_\_\_

O Município de \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Prefeito \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designado FORNECEDOR, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, pactuam a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, nos termos do Art. 82, §6º da Lei 14.133/2021, segundo as cláusulas e condições seguintes:

#### 1. Órgãos gerenciador e participantes

1.1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo.

#### 2. Registros formalizados

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao fornecimento do objeto constante no preâmbulo, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

2.2. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

a) Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

b) Proposta da licitante;

c) Documentos de Habilitação.

d) O edital de licitação Pregão nº 016/2024 – Processo Administrativo nº 026/2024.

2.3. O prazo de entrega, local de entrega, garantia dos produtos/serviços e demais condições relacionadas ao objeto deste contrato, estão previstos no Anexo IV – Termo de Referência.

2.4. O Município fiscalizará diretamente a entrega dos produtos/serviços, através de funcionário designado para este fim. A fiscalização da ata de registro de preços será exercida pelo o(a) Sr(a): \_\_\_\_\_.

2.4.1. O fiscal do anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata de registro de preços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

2.4.2. O fiscal da ata de registro de preços, informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

2.4.3. O fiscal da ata de registro de preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

2.4.4. Os produtos/serviços somente serão considerados entregues/executados mediante o recebimento provisório, e ainda o definitivo pelos responsáveis designados para Fiscalização.

2.5. O objeto da ata de registro de preços será recebido:

I - Em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.5.1. O objeto da ata de registro de preços poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato/ata de registro de preços.

2.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços.

2.6. O Gestor da ata de registro de preços, será o(a) Sr(a): \_\_\_\_\_.

### 3. Vigência da ARP

3.1. A presente ARP tem vigência de 12 MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

- a) A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.
- b) A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.
- c) A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no Decreto Municipal N° 009/2024, de 03/01/2024.

### 4. Contratações futuras

4.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação

4.2. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Pregão n° 006/2024 – Processo Administrativo n° 250/2023.

### 5. Vínculos da ARP

5.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Pregão.

### 6. Adesão de órgão ou entidade pública não participante

6.1. Nos termos do regulamento constante no Decreto N° \_\_\_\_\_.

### 7. Atribuições do gerenciador da ARP

7.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

7.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também

suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

d) Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(os) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(os) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado;

e) Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;

f) Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado;

g) Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

h) Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

i) Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Instruir os autos de gestão da presente ARP.

k) Demais condições constantes no Anexo IV– Termo de Referência.

8. Atribuições do participante

8.1. Nos termos do regulamento constante no instrumento convocatório.

9. Obrigações do fornecedor

9.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

a) Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação;

b) Indicar, no prazo máximo de 05 dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(os) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

c) Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.2 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

- g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
- i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.
- k) Demais condições constantes no Anexo IV– Termo de Referência.

#### 10. Publicidade e divulgação

10.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município e.

10.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no Portal Transparência do ÓRGÃO GERENCIADOR, inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

#### 11. Alterações dos preços registrados

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados nos termos permitidos no decreto constante no instrumento convocatório.

11.2. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada.

#### 12. Sanções administrativas

12.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no processo de licitação em epígrafe, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

12.2. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

12.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

12.4. As causas de infrações e sanções administrativas estão constantes no Anexo IV– Termo de Referência que faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste processo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 13. Cancelamento da ARP

13.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - For liberado;

II - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

V - Não aceitar o preço revisado pela Administração.

13.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - Pelo decurso do prazo de vigência;

II - Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe

ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

14. Do pagamento:

14.1. O prazo, forma e condições de pagamento e dotações orçamentárias respectivas são as constantes no Anexo IV– Termo de Referência.

14.2. As dotações orçamentárias serão indicadas somente por ocasião de efetivação contratação.

15. Da fiscalização

15.1. O Município fiscalizará diretamente a entrega dos produtos/serviços, através de funcionário designado para este fim, conforme descrito no Anexo IV– Termo de Referência.

16. Da comunicação entre as partes

16.1. A comunicação processual de assuntos relacionados a este contrato será feita por meio (e-mail) entre as partes.

16.2. A contratante define como oficial o seguinte e-mail janaina@novalondrina.pr.gov.br.

16.3. A contratante se comunicará com a contratada/detentora da ata de registro de preços, através do e-mail informado pela contratada.

17. Das práticas corruptas

17.1. Nos termos constantes no edital de licitação.

18. Disposições finais

18.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei 14.133/2021, demais normas de regulam a matéria e o constante no Anexo IV do edital.

18.2. Este instrumento será publicado nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

18.3. É eleito o Foro da Comarca de Nova Londrina-PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ata de registro de preços que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E por assim por estarem de acordo, assinam a presente Ata em três vias de igual teor, os representantes das partes acordantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Município de \_\_\_\_\_/Pr, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Município de \_\_\_\_\_

Fornecedor

## MINUTA DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº \_\_\_\_\_, que fazem entre si o Município de \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_

O Município de \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Prefeito \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo IV, parte integrante deste contrato, compreendendo:

1.2. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, compreendendo os valores unitários descritos na tabela acima.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O edital de licitação Pregão nº \_\_\_\_\_ – Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_.

1.3.3. Proposta da licitante;

1.3.4. Documentos de Habilitação.

1.4. O prazo de entrega, local de entrega, garantia dos produtos/serviços e demais condições relacionadas ao objeto deste contrato, estão previstos no Anexo IV – Termo de Referência.

1.5. Admite-se a alteração do contrato somente se houver causa determinante constante nos termos do art. 124 da Lei 14.133/21.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 105).

2.1. O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_\_, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Admite-se a alteração do contrato somente se houver causa determinante constante nos termos do art. 124 da Lei 14.133/21.

2.3. O Município fiscalizará diretamente a entrega dos produtos/serviços, através de funcionário designado para este fim. A fiscalização do contrato será exercida pelo o(a) Sr(a): \_\_\_\_\_.

2.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

2.3.2. O fiscal do contrato, informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

2.3.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

2.3.4. Os produtos/serviços somente serão considerados entregues/executados mediante o recebimento provisório, e ainda o definitivo pelos responsáveis designados para Fiscalização.

2.4. O objeto do contrato será recebido:

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.4.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

2.4.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços.

2.5. O Gestor do Contrato, será o(a) Sr(a): \_\_\_\_\_.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92)

3.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A possibilidade ou não de subcontratação do objeto contratual obedecerá os critérios previstos no instrumento convocatório.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O prazo, forma e condições de pagamento são os constantes no Anexo IV – Termo de Referência.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos previstos no art. 136 da Lei 14.133/21.

6.9. Nos termos do art. 134 da Lei 14.133/21, os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV) e CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1. As obrigações das partes (contratante e contratada) estão previstas no Anexo IV – Termo de Referência.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. As causas de infrações e sanções administrativas estão constantes no Anexo IV – Termo de Referência que faz parte integrante deste contrato.

9.2. A aplicação das sanções previstas neste processo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 137)

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
  - II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
  - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
  - IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
  - VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
  - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
  - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
  - IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 10.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 131 da Lei nº 14.133/21.
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município, deste exercício, nas dotações descritas no Anexo IV – Termo de Referência.
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
- 12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES
- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
- 14.1. A comunicação processual de assuntos relacionados a este contrato será feita por meio (e-mail) entre as partes.
- 14.2. A contratante define como oficial o seguinte e-mail \_\_\_\_\_.
- 14.3. A contratante se comunicará com a contratada, através do e-mail informado pela contratada.
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRÁTICAS CORRUPTAS
- 15.1. Nos termos constantes no edital de licitação.
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
- 16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de \_\_\_\_\_ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Município de \_\_\_\_\_/Pr, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## ANEXO II – DECLARAÇÕES - UNIFICADA

À

**Prefeitura Municipal de Nova Londrina/Pr**

Referente: Pregão Eletrônico nº 016/2024

A empresa....., inscrita no CNPJ nº ....., vem pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR**, sob pena da Lei, que:

a) Cumprimos o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 14 (quatorze) anos a não ser na condição de aprendiz (art. 68, VI da Lei 14.133/21).

b) Em atenção ao disposto no art. 63, I, da Lei 14.133/21, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação e que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, e declara estar ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

c) Que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI da Lei 14.133/21)

d) Em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada para participar do referido Pregão foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido Pregão quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta apresentada para participar do referido Pregão não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante órgão licitador, antes da abertura oficial das propostas

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei 14.133/21).

f) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei 14.133/21).

g) Não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV da Lei 14.133/21).

h.1) **OPÇÃO 1 ( )** - Que me enquadro como MPE e, nesta condição, declaramos que no ano-calendário do corrente ano, não celebramos contratos cujo valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.

h.2) **OPÇÃO 2 ( )** - Que não me enquadro como MPE ou no ano-calendário do corrente ano, celebramos contratos cujo valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.

*Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.*

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
CNPJ, Assinatura do representante legal da Empresa

C.P.F \_\_\_\_\_

R.G \_\_\_\_\_

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA FINAL**  
**(licitante vencedor após fase de lances)**

**À**

**Prefeitura Municipal de Nova Londrina /Pr**

Referente: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta de preços relativo ao seguinte objeto licitado: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO QUANDO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTA RITA DE CÁSSIA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA/PR**, nos termos previstos no Anexo IV do Edital acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:**

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE e CARGO: \_\_\_\_\_

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO e TELEFONE: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (FACULTATIVO): \_\_\_\_\_

**PREÇO (AJUSTADO AO LANCE VENCEDOR)** - Deverá ser cotado, preço unitário e total por item/grupo, de acordo com o Anexo IV do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso) \_\_\_\_\_

**DESCRIÇÃO DO PRODUTO** (nos mesmos termos do item 5.1 do edital e seus subitens), compreendendo:

Descrição detalhada do objeto ofertado com as seguintes indicações: marca e demais informações julgadas necessárias e convenientes pelo licitante, atendendo o mínimo exigido no Anexo IV do edital.

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Anexo IV, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e demais despesas constantes no edital e anexos.

**DECLARAÇÃO:** Declaramos nos termos do Art. 63, § 1º da Lei 14.133/21, que, em nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

Conforme constante do item 5.5 do edital.

**LOCAL E DATA**\_\_\_\_\_

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**\_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÃO 1:**

Juntamente com a proposta da licitante vencedora (dos itens vencidos pela licitante) deverá ser encaminhado a seguinte comprovação:

**COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DOS PRODUTOS NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, ATRAVÉS DE SEU REGISTRO, ISENÇÃO, NOTIFICAÇÃO OU CADASTRAMENTO (dos itens vencidos pelo licitante).**

**OBSERVAÇÃO 2:**

**A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.**

## **ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO QUANDO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTA RITA DE CÁSSIA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA/PR.**

### **2 – JUSTIFICATIVA:**

Justifica tal contratação vez que os produtos/medicamentos, serão destinados ao atendimento de urgência e emergência do Hospital Municipal Santa Rita de Cássia e Unidades Básicas de Saúde do município de Nova Londrina/Pr.

Consideramos também que os itens das licitações vigentes encontram-se esgotando e que a faltade medicamentos implica em prejuízo ao atendimento médico hospitalar.

As aquisições/contratações serão realizadas em conformidade com os recursos das dotações orçamentárias vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

A Licitação ocorrerá com ampla participação das empresas, assegurado o critério de desempate para ME e EPP, nos termos do Processo 465761/17 – Prejulgado TCE/PR

### **PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.1. Os produtos deverão ser entregues de segunda-feira à sábado até às 14:00 horas, de forma fracionada, conforme cronograma da secretaria solicitante.

As entregas dos produtos deverão ser realizadas em local definido pela Secretaria e demais endereços constantes na solicitação.

3.2. O licitante vencedor ficará obrigado a entregar os produtos objeto da presente licitação conforme solicitação da Secretaria requisitante, independentemente da quantidade solicitada. As despesas com as entregas são de total responsabilidade da licitante contratada.

3.3. A licitante contratada/detentora da ata de registro de preços deverá obrigatoriamente conceder livre acesso de servidores do Município, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado.

3.4. A licitante contratada/detentora da ata de registro de preços fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, quando for o caso, o objeto do contrato/ata de registro de preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.5. É de total responsabilidade da licitante contratada/detentora da ata de registro de preços, a qualidade dos produtos/serviços fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ora licitado.

### **4 – DOS PRODUTOS/SERVIÇOS**

4.1. Os produtos deverão atender ao disposto no edital.

4.2. O não cumprimento do exigido, ou a qualidade do objeto não estarem dentro das normas exigidas será motivo de cancelamento da ata de registro/rescisão de contrato sem prejuízos para a administração.

4.3. Não será aceito em hipótese nenhuma embalagens violadas e/ou rasgadas e produto com prazo de validade vencido.

4.4. Caso o objeto apresente características fora do padrão solicitado, o produto não será recebido, devendo ser providenciada nova entrega do objeto com as características exigidas e os dias contarão como atraso, podendo incorrer em multa contratual.

**4.5.** Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local indicado da entrega.

**4.6.** Os produtos deverão atender a referências de mercado (comercializado em prateleira).

**4.7.** A contratada/detentora da ata de registro de preços comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos/serviços fornecidos, que deverão estar dentro das especificações técnicas e padrões de qualidade.

**4.8.** A licitante contratada/detentora da ata de registro de preços deverá substituir, dentro do período de garantia e no prazo máximo de 5 dias, contados da solicitação da CONTRATANTE, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para a CONTRATANTE.

**4.9.** A licitante contratada/detentora da ata de registro de preços deverá repor os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para o município.

**4.10.** A licitante contratada/detentora da ata de registro de preços se responsabilizará pelos danos causados ao município devido a qualidade dos produtos fornecidos.

**4.11.** Os produtos deverão estar em conformidade no que couber com o INMETRO, IPEM, ABNT, ANVISA e demais órgãos reguladores;

**4.12.** Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local indicado da entrega;

**4.13.** Os produtos deverão atender ao disposto no edital e na legislação pertinente em vigor, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

**4.14.** No caso das carnes e derivados, deverá obedecer rigorosamente os padrões de qualidade conforme normas da Vigilância Sanitária;

**4.15.** Só serão recebidos produtos que apresentarem no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu período de validade vigente a contar da sua data de fabricação;

**4.16.** O produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo;

**4.17.** Aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor..

## **5. DA FISCALIZAÇÃO**

**5.1.** O Município fiscalizará diretamente a entrega dos produtos/serviços, através de funcionário designado para este fim.

**5.2.** A fiscalização do contrato/ata de registro de preços será exercida pelo o Srº Alcione Avelino Colla.

**5.2.1.** O fiscal do anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata de registro de preços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**5.2.2.** O fiscal do contrato/ata de registro de preços, informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**5.2.3.** O fiscal do contrato/ata de registro de preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

5.3. Os produtos/serviços somente serão considerados entregues/executados mediante o recebimento provisório, e ainda o definitivo pelos responsáveis designados para Fiscalização.

5.3.1. O objeto do contrato/ata de registro de preços será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.4. O objeto do contrato/ata de registro de preços poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato/ata de registro de preços.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata de registro de preços.

5.6. O Gestor de contrato/ata de registro de preços, será o Srº Luiz Gustavo Maior Bono.

## **6. PREÇO MÁXIMO DOS ITENS/GRUPOS E VALORES**

6.1. O valor de cada item/grupo a ser adquirido, após os lances, não poderá ser superior ao preço máximo especificado neste anexo;

6.2. No valor máximo, estão inclusas todas as despesas com: tributos; impostos; materiais; encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; transporte; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto deste Edital.

6.3. Nas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## **7. DO PAGAMENTO (Art. 92, V e VI da Lei 14.133/21)**

7.1. Nos valores contratados/registrados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.1.1. O valor total contratado/registado é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado/detentor da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **7.2. FORMA DE PAGAMENTO**

7.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **7.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC.

#### **7.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste termo.

7.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade constante no item 9.3.7.

7.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração realizará consulta para fins de:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**8.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município<sup>2</sup>.

07.001.10.301.0016.2.032.3.3.90.30.00.00. - 1018 - MATERIAL DE CONSUMO  
07.001.10.301.0016.2.032.3.3.90.30.00.00. - 31018 - MATERIAL DE CONSUMO  
07.001.10.301.0058.2.053.3.3.90.30.00.00. - 379 - MATERIAL DE CONSUMO  
07.001.10.302.0019.2.040.3.3.90.30.00.00. - 369 - MATERIAL DE CONSUMO  
07.001.10.302.0019.2.042.3.3.90.30.00.00. - 303 - MATERIAL DE CONSUMO  
07.001.10.302.0019.2.063.3.3.90.30.00.00. - 379 - MATERIAL DE CONSUMO

## **9. DAS OBRIGAÇÕES**

### **Obrigações do Contratante (art. 92, X, XI e XIV)**

**9.1.** São obrigações do Contratante:

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado/detentor da ata de registro de preços, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- 9.1.3. Notificar o Contratado/detentor da ata de registro de preços, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/ata de registro de preços e o cumprimento das obrigações pelo Contratado/detentor da ata de registro de preços;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado/detentor da ata de registro de preços do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo, no contrato e/ou ata de registro de preços;
- 9.1.6. Aplicar ao Contratado/detentor da ata de registro de preços sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- 9.1.7. Explicitamente emitir decisão no prazo de 15 dias sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato/ata de registro de preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado/detentor da ata de registro de preços com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato/ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado/detentor da ata de registro de preços, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **Obrigações do Contratado/Detentor da Ata de registro de preços (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

---

<sup>2</sup> Nos casos de licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.

**9.3.** O Contratado/detentor da ata de registro de preços deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo, no Contrato/ata de registro de preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.3.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando for o caso), com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.3.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.3.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.3.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.3.11. Manter durante toda a vigência do contrato/ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.3.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato/ata de registro de preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.3.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.3.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato/ata de registro de preços;

9.3.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.3.17. Nos casos de serviços (se for o caso);

9.3.17.1. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações, fornecendo os materiais, equipamentos, EPI's, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.3.17.2. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.3.17.3. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.3.17.4. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações constantes neste termo, projeto, memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.3.17.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.3.17.6. Os serviços deverão ser desenvolvidos, de acordo com a orientação técnica e metodológica, e necessidade da administração;

9.3.17.7. A Contratada/detentora da ata de registro de preços deverá alterar os serviços no que for apontado como ausência de detalhe, informação incompleta ou em razão de adequação ou de compatibilização;

9.3.17.8. A licitante Contratada/detentora da ata de registro de preços deverá guardar absoluto sigilo sob todas as informações recebidas da CONTRATANTE, tal qual como daquelas por si levantadas aos quais não poderão ser utilizadas para finalidades outras que não a do cumprimento do contrato;

9.3.17.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causarem aos terceiros em virtude da execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores;

9.3.17.10. A licitante Contratada/detentora da ata de registro de preços deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

9.3.17.11. A licitante Contratada/detentora da ata de registro de preços deverá assumir toda e qualquer responsabilidade sobre os danos causados em bem (Patrimônio Público) ou privado, bem como das obrigações trabalhistas e acidentes pessoais do seu quadro de funcionários;

9.3.17.12. A licitante Contratada/detentora da ata de registro de preços deverá responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. Indenizar os danos e prejuízos;

9.3.17.13. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

9.3.17.14. As ferramentas, veículos, equipamentos, equipamentos de proteção individual – EPI necessários e inerentes a prestação dos serviços são de responsabilidade da licitante contratada;

9.3.17.15. A licitante contratada ficará responsável por exigir a utilização de EPI's por seus funcionários.

## **10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Art. 62 da Lei 14.133/21)**

### **Habilitação jurídica (Art. 66 da Lei 14.133/21)**

10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012;

10.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **10.2. Da comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte (Art. 4º da Lei 14.133/21).**

10.2.1. Para fins de assegurar os benefícios previstos nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar 123/06, a licitante deverá apresentar as seguintes comprovações:

- a) Certidão expedida pela Junta Comercial com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de expedição, nos termos do art. 3º da Instrução DREI n. 36/2017.
- b) Declaração de que, no ano-calendário do corrente ano, ainda não celebrou contratos, cujo os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021<sup>3</sup>.

10.2.2. Além da apresentação da certidão e declaração solicitados para fins de comprovação da qualidade de microempresa e empresa de pequeno porte, deverá a licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime microempresa e empresa de pequeno porte no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer jus aos benefícios da Lei Complementar 123/06, nos termos do item 4.5 do edital.

10.2.3. A falsidade da declaração de que trata da alínea “b” do item 10.2.1, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

#### **10.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68 da Lei 14.133/21):**

Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);  
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, e Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, em conjunto/unificada, na forma da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014, expedido pela secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente;  
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;  
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais expedida pelo órgão municipal competente;  
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);  
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas;  
Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos e menores de 14 (quatorze) anos a não ser na condição de aprendiz.

#### **10.4. Habilitação Econômico-Financeira (Art. 68 da Lei 14.133/21):**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com validade de 180 dias;

#### **10.5. Dos Documentos Específicos (Anexar em “Outros Documentos” plataforma do Sistema BLL – Compras)**

- a) Licença sanitária emitida pela vigilância sanitária local (municipal ou estadual);
- b) Apresentação de Certificado/Certidão de Regularidade da licitante expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, válido para o dia da licitação.
- c) Apresentação de comprovação de registro no Conselho Regional de Farmácia – CRF do responsável técnico da licitante.

---

<sup>3</sup> Para a obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

d) Para os licitantes que cotarem os itens 01 ao 03, 05 ao 21, 23, 25 ao 35, 40 ao 43, 49 ao 51, 53 ao 55, 57 ao 62, 64, 65, 68, 69, 70, 75, 78 ao 80, 83 ao 95, 98, 99, 101 ao 103, 105 ao 114, 117 ao 126, 128 ao 132, 134, 135, 137, 141, 142, 144 ao 153, 155, 156, 158 ao 164, 167, 168, 171 ao 173 e 175 – medicamento “comum”, deverão apresentar autorização de funcionamento – AFE, “autorização e cadastro”, expedido pela ANVISA, para comercialização de medicamentos “comuns”, onde deverá constar situação ativa e cadastro “comum”, documento emitido através do site [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br).

e) Para os licitantes que cotarem os itens 04, 22, 24, 36 ao 39, 44 ao 48, 52, 56, 63, 66, 67, 71 ao 74, 76, 77, 81, 82, 96 ao 97, 100, 104, 115, 116, 127, 133, 136, 138 ao 140, 143, 154, 157, 165, 166, 169, 170 e 174 – medicamento “especial” (Portaria nº 344/98 - MS), deverão apresentar autorização de funcionamento – AFE, “autorização e cadastro”, expedido pela ANVISA, para comercialização de medicamentos “especial”, onde deverá constar situação ativa e cadastro “especial”. documento emitido através do site [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br).

**10.6.** Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.6.1. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital;

**10.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar que entender pertinente, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação. Neste caso, somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [janaina@novalondrina.pr.gov.br](mailto:janaina@novalondrina.pr.gov.br).

## **10.8. Declarações (Art. 63 da Lei 14.133/21)**

10.8.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

10.8.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.8.4. Declaração, nos termos contratantes do Anexo II deste edital.

## **11. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS/SERVIÇOS COMUNS:**

Os bens/serviços a serem adquiridos se enquadram na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do Art. 6º, incisos XIII e XLI da Lei 14.133/21.

## **12. SOBRE O PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

O parcelamento do objeto em itens é uma prática comum em licitações, pois permite que os

licitantes possam oferecer preços mais competitivos para cada item, ao invés de oferecer um preço único para o objeto como um todo. Além disso, o parcelamento do objeto em itens também permite que os licitantes possam se especializar em determinados itens, o que pode resultar em melhores preços e qualidade para os itens específicos. Por fim, o parcelamento do objeto em itens também permite que os licitantes possam oferecer preços mais competitivos para itens que possam ser adquiridos de fornecedores diferentes, o que pode resultar em economia de custos para o órgão licitante.

### 13. DESCRITIVO DOS ITENS:

**13.1.** A descrição dos referidos itens não induz a uma marca específica, e sim, somente é parâmetro para embasamento da licitante para formalizar sua proposta.

**13.2.** A descrição dos itens relativos a este pregão constante na tabela abaixo, são para fins de caracterização mínimas dos produtos, sendo assim, serão aceitos produtos com características igual, equivalente ou superior a solicitada, desde que atendam as características de qualidade e funcionalidade mínimas solicitado pelo município.

### 14. - ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E LEVANTAMENTO DE MERCADO

#### LOTE 1

Valor Máximo do Lote: R\$507,57 (quinhentos e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACEBROFILINA, CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE FRASCO 120ML - CÓD. 448838	448838	UNI	100	R\$ 5,0757	507,57

#### LOTE 2

Valor Máximo do Lote: R\$806,10 (oitocentos e seis reais e dez centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACEBROFILINA XAROPE, CONCENTRAÇÃO 10 MG, FORMA FARMACEUTICA XAROPE 120 ML - CÓDIGO BR 448839	448839	UNI	100	R\$ 8,0610	806,10

#### LOTE 3

Valor Máximo do Lote: R\$3.856,11 (três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e onze centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACETATO BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 3MG/ML + 3MG/ML INJETAVEL AMPOLAS C/ 1ML BR0270597	0270597	UN	300	R\$ 12,8537	3.856,11

#### LOTE 4

Valor Máximo do Lote: R\$1.088,42 (um mil e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	RETINOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO C/ AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, CONCENTRAÇÃO: 10.000UI + 25MG/G + 5MG + 5MG/G, APLICAÇÃO POMADA	274918	UNI	80	R\$ 13,6052	1.088,42

	OFTÁLMICA - BISNAGA 3,50G - CÓD.274918					
--	---	--	--	--	--	--

#### LOTE 5

Valor Máximo do Lote: R\$548,32 (quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACETILCISTEÍNA, DOSAGEM: 20 MG/ML, INDICAÇÃO: XAROPE - 120 ML - COD. BR N° 0270558	0270558	UNI	100	R\$ 5,4832	548,32

#### LOTE 6

Valor Máximo do Lote: R\$1.217,20 (um mil, duzentos e dezessete reais e vinte centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACETILCISTEÍNA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE 120 ML - CÓDIGO 355786	355786	UNI	100	R\$ 12,1728	1.217,20

#### LOTE 7

Valor Máximo do Lote: R\$97,83 (noventa e sete reais e oitenta e três centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACICLOVIR 200 MG - COMPRIMIDO - CÓD. 268370	268370	UNI	300	R\$ 0,3261	97,83

#### LOTE 8

Valor Máximo do Lote: R\$490,92 (quatrocentos e noventa reais e noventa e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACICLOVIR 400 MG - COMPRIMIDO - COD.268372	268372	COMP	300	R\$ 1,6364	490,92

#### LOTE 9

Valor Máximo do Lote: \$1.316,32 (um mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACICLOVIR 250 MG INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA - CÓD.268374	268374	AMPOLA	200	R\$ 6,5816	1.316,32

#### LOTE 10

Valor Máximo do Lote: R\$45.242,50 (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM 100MG/ML, AMPOLA C/ 5 ML – CÓD. 271687	271687	AMPOLA	25.000	R\$ 1,8097	45.242,50

#### LOTE 11

Valor Máximo do Lote: R\$37.732,00 (trinta e sete mil, setecentos e trinta e dois reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACIDO TRANEXAMICO, 50MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA DE 5 ML – COD. BR 327566	327566	AMPOLA	5.000	R\$ 7,5464	37.732,00

#### LOTE 12

Valor Máximo do Lote: R\$6.880,55 (seis mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos).



Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ADENOSINA INJETAVEL 3 MG/ML AMPOLAS DE 2 ML - CÓD.278281	278281	AMPOLA	500	R\$ 13,7611	6.880,55

#### LOTE 13

Valor Máximo do Lote: R\$2.653,92 (dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUME 1000 ML CÓDIGO BR0277319	0277319	LT	300	R\$ 8,8464	2.653,92

#### LOTE 14

Valor Máximo do Lote: R\$16.758,00 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e oito reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	AGUA DESTILADA, ASPECTO FISICO ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM: EM SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10ML- CÓD.352317	352317	AMPOLA	30.000	R\$ 0,5586	16.758,00

#### LOTE 15

Valor Máximo do Lote: R\$43.635,78 (quarenta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ALCOOL ETILICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOOLICO 70%, APRESENTAÇÃO: LIQUIDO - FRASCO 1 LITRO/1000ML - CÓD.269941	269941	LT	5.700	R\$ 7,6554	43.635,78

#### LOTE 16

Valor Máximo do Lote: R\$9.695,48 (nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ALCOOL ETILICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOOLICO 70%, APRESENTAÇÃO: GEL - GALÃO 5 LITROS - CÓD.269943	269943	GL	200	R\$ 48,4774	9.695,48

#### LOTE 17

Valor Máximo do Lote: R\$6.487,60 (seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ÁLCOOL PROPÍLICO, ASPECTO FISICO: LIQUIDO, FORMULA QUIMICA: (CH3)2CHOH (ISOPROPILICO OU ISO-PROPANOL), PESO MOLECULAR: 60,10 G/MOL, GRAU DE PUREZA: 60,10 G/MOL, GRAU DE PUREZA: 99,8%, CARACTERISTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A ACS NUMERO DE REFERENCIA QUIMICA: CAS67-6. CÓD BR 348743	348743	LT	120	R\$ 54,0633	6.487,60

LOTE 18

Valor Máximo do Lote: R\$1.259,40 (um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	AMBROXOL, COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 6MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE - FRASCO 120 ML - CÓD. 446263	446263	UNI	200	R\$ 6,2970	1.259,40

LOTE 19

Valor Máximo do Lote: R\$1.059,08 (um mil e cinquenta e nove reais e oito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	AMBROXOL, COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE - FRASCO 120 ML - CÓD. 446264	446264	FR	200	R\$ 5,2954	1.059,08

LOTE 20

Valor Máximo do Lote: R\$19.829,80 (dezenove mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	AMINOFILINA 0,24 MG INJETÁVEL AMPOLA 10 ML - CÓD 292402	292402	AMPOLA	2.000	R\$ 9,9149	19.829,80

LOTE 21

Valor Máximo do Lote: R\$5.625,15 (cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quinze centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	AMIODARONA 50MG ML, INJETÁVEL, AMPOLA 3ML- CÓD. 271710	271710	AMPOLA	1.500	R\$ 3,7501	5.625,15

LOTE 22

Valor Máximo do Lote: R\$3.857,20 (três mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	AMPICILINA 1G INJETAVEL FRASCO/AMPOLA - CÓD. 268207	268207	AMPOLA	800	R\$ 4,8215	3.857,20

LOTE 23

Valor Máximo do Lote: R\$3.072,70 (três mil e setenta e dois reais e setenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ATROPINA SULFATO, DOSAGEM 0,50MG/ML INJETAVEL AMP 1ML BR277934	27793	AMPOLA	1.000	R\$ 3,0727	3.072,70

LOTE 24

Valor Máximo do Lote: R\$25.515,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e quinze reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BENZILPENICILINA 1.200.000 UI AMPOLA - CÓD. BR 270612	270612	AMPOLA	2.500	R\$ 10,2060	25.515,00

LOTE 25

Valor Máximo do Lote: R\$1.051,02 (um mil e cinquenta e um reais e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
-------	---------------	-----------	-------	--------	------------------	------------------------

1	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % INJETAVEL , AMPOLA DE 10 ML - CÓDIGO BR0268222	0268222	UNI	900	R\$ 1,1678	1.051,02
---	---	---------	-----	-----	------------	----------

#### LOTE 26

Valor Máximo do Lote: R\$1.012,80 (um mil e doze reais e oitenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLOPIDOGREL, DOSAGEM: 75 MG - COMPRIMIDO - CÓD. 272045	272045	COMP	1.500	R\$ 0,6752	1.012,80

#### LOTE 27

Valor Máximo do Lote: R\$159,70 (cento e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BROMETO DE IPRATROPIO GOTAS PARA INALAÇÃO 20 ML CÓDIGO BR0268331	0268331	UNI	100	R\$ 1,5970	159,70

#### LOTE 28

Valor Máximo do Lote: R\$569,61 (quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	FENOTEROL BROMIDRATO 5MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20 ML CÓDIGO BR0396471	0396471	UNI	100	R\$ 5,6961	569,61

#### LOTE 29

Valor Máximo do Lote: R\$25.329,00 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BROMOPRIDA 5 MG/ML, AMPOLA 2 ML - CÓD BR 269958	269958	AMPOLA	10.000	R\$ 2,5329	25.329,00

#### LOTE 30

Valor Máximo do Lote: R\$4.099,86 (quatro mil e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA - FRASCO 120 DOSES. CÓD.266706	266706	UN	300	R\$ 13,6662	4.099,86

#### LOTE 31

Valor Máximo do Lote: R\$9.482,25 (nove mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BUDESONIDA, 50 MCG/DOSE, SUSPENSÃO AQUOSA NASAL, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA - FRASCO 120 DOSES. CÓD.403131	403131	UN	300	R\$ 31,6075	9.482,25

#### LOTE 32

Valor Máximo do Lote: R\$905,19 (novecentos e cinco reais e dezenove centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA	270622	UN	100	R\$ 9,0519	905,19

	COM DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM 6,67MG + 333MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - FRASCO DE 10 ML - CÓD. 270622					
--	---	--	--	--	--	--

#### LOTE 33

Valor Máximo do Lote: R\$108.507,00 (cento e oito mil, quinhentos e sete reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5ML - CÓD. 270621	270621	AMPOLA	30.000	R\$ 3,6169	108.507,00

#### LOTE 34

Valor Máximo do Lote: R\$5.560,80 (cinco mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 1ML - CÓD. 267282	267282	AMPOLA	3.000	R\$ 1,8536	5.560,80

#### LOTE 35

Valor Máximo do Lote: R\$1.100,00 (um mil e cem reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CARVÃO VEGETAL ATIVADO EM PÓ FRASCO COM 200 GRAMAS – CÓD BR 446251	446251	FR	20	R\$ 55,00	1.100,00

#### LOTE 36

Valor Máximo do Lote: R\$26.364,50 (vinte e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA - CÓD. 268228	268228	AMPOLA	5.000	R\$ 5,2729	26.364,50

#### LOTE 37

Valor Máximo do Lote: R\$26.162,60 (vinte e seis mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 500MG, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL + LIDOCAINA - FRASCO/AMPOLA - CÓD. 469930	469930	AMPOLA	2.000	R\$ 13,0813	26.162,60

#### LOTE 38

Valor Máximo do Lote: R\$64.649,30 (sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA - CÓD. 442701	442701	AMPOLA	8.500	R\$ 7,6058	64.649,30

LOTE 39

Valor Máximo do Lote: R\$48.301,75 (quarenta e oito mil, trezentos e um reais e setenta e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1G, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETAVEL + LIDOCAINA 2 ML - FRASCO/AMPOLA - CÓD. 450891	450891	AMPOLA	3.500	R\$ 13,8005	48.301,75

LOTE 40

Valor Máximo do Lote: R\$485,02 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CETOCONAZOL 20 MG/G, CREME TÓPICO - BISNAGA 30 GRAMAS - CÓDIGO BR 308736	308736	UNI	100	R\$ 4,8502	485,02

LOTE 41

Valor Máximo do Lote: R\$25.114,00 (vinte e cinco mil, cento e quatorze reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CETOPROFENO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - CÓD.448845	448845	AMPOLA	10.000	R\$ 2,5114	25.114,00

LOTE 42

Valor Máximo do Lote: R\$51.405,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e cinco reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CETOPROFENO 100MG INJETAVEL AMPOLAS 2ML IM - CÓD BR 448844	448844	AMPOLA	10.000	R\$ 5,1405	51.405,00

LOTE 43

Valor Máximo do Lote: R\$13.682,20 (treze mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CIMETIDINA 150MG ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 2ML - CÓD.340167	340167	AMPOLA	7.000	R\$ 1,9546	13.682,20

LOTE 44

Valor Máximo do Lote: R\$8.453,15 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - BOLSA COM 100 ML - CÓD.292418	292418	UN	500	R\$ 16,9063	8.453,15

LOTE 45

Valor Máximo do Lote: R\$4.491,45 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - CÓDIGO BR 271950	271950	AMPOLA	1.500	R\$ 2,9943	4.491,45

LOTE 46

Valor Máximo do Lote: R\$3.492,50 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML - CÓDIGO BR 271950	271950	AMPOLA	1.000	R\$ 3,4925	3.492,50

LOTE 47

Valor Máximo do Lote: R\$15.552,00 (quinze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLINDAMICINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 4 ML - CÓD.292419	29241	AMPOLA	4.000	R\$ 3,8880	15.552,00

LOTE 48

Valor Máximo do Lote: R\$2.826,40 (dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLORANFENICOL, 1G, PÓ LIÓFILO P/ INJETAVEL - FRASCO/AMPOLA - CÓD.335100	335100	AMPOLA	500	R\$ 5,6528	2.826,40

LOTE 49

Valor Máximo do Lote: R\$642,00 (seiscentos e quarenta e dois reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML - CÓDIGO BR 267162	267162	AMPOLA	800	R\$ 0,8025	642,00

LOTE 50

Valor Máximo do Lote: R\$501,84 (quinhentos e um reais e oitenta e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, SOLUÇÃO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10 ML - CÓD. BR 268236	268236	AMPOLA	900	R\$ 0,5576	501,84

LOTE 51

Valor Máximo do Lote: R\$584,64 (quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLORETO DE SODIO A 20 % SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML - CÓDIGO BR 267574	267574	AMPOLA	800	R\$ 0,7308	584,64

LOTE 52

Valor Máximo do Lote: R\$4.314,50 (quatro mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BUPIVACAINA CLORIDRATO ASSOCIADA À GLICOSE 0,5% + 8%, SOLUÇÃO INJETAVEL 0,50% ESTÉRIL INDIVIDUALMENTE 5 MG/ML AMPOLA DE 4 ML (NEOCAINA) - CÓDIGO BR 270095	270095	AMPOLA	1.000	R\$ 4,3145	4.314,50

LOTE 53

Valor Máximo do Lote: R\$664,92 (seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG - COMPRIMIDO - CÓDIGO BR 272043	272043	COMP	1.800	R\$ 0,3694	664,92

LOTE 54

Valor Máximo do Lote: R\$15.386,04 (quinze mil, trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLONIDINA CLORIDRATO, 0,15 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 340206	340206	AMPOLA	1.800	R\$ 8,5478	15.386,04

LOTE 55

Valor Máximo do Lote: R\$5.559,36 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML - CÓD. BR 268960	268960	AMPOLA	800	R\$ 6,9492	5.559,36

LOTE 56

Valor Máximo do Lote: R\$190,65 (cento e noventa reais e sessenta e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DOXICICLINA, CLORIDRATO 100 MG COMPRIMIDO - CÓDIGO BR 0271036	0271036	COMP	300	R\$ 0,6355	190,65

LOTE 57

Valor Máximo do Lote: R\$1.972,96 (um mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ETILEFRINA CLORIDRATO 10 MG/ML, INJETAVEL AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 272198	272198	AMPOLA	800	R\$ 2,4662	1.972,96

LOTE 58

Valor Máximo do Lote: R\$17.637,20 (dezessete mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	HIDRALAZINA 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 1 ML - CÓD. BR 268115	268115	AMPOLA	2.000	R\$ 8,8186	17.637,20

LOTE 59

Valor Máximo do Lote: R\$27.651,60 (vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ISOXSUPRINA CLORIDRATO, 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2ML - CÓD. BR 323004	323004	AMPOLA	1.500	R\$ 18,4344	27.651,60

LOTE 60

Valor Máximo do Lote: R\$22.184,00 (vinte e dois mil, cento e oitenta e quatro reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO A 2% SEM VASOCONSTRITOR, INJETÁVEL - FRASCO DE 20 ML - CÓD. BR 269843	269843	UN	2.500	R\$ 8,8736	22.184,00

LOTE 61

Valor Máximo do Lote: R\$1.332,10 (um mil, trezentos e trinta e dois reais e dez centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 5%, POMADA BISNAGA DE 25G; CÓD BR 269847	269847	UNI	350	R\$ 3,8060	1.332,10

LOTE 62

Valor Máximo do Lote: R\$251,85 (duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos)

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG COMPRIMIDO - CÓD. BR 267691	267691	COMP	1.500	R\$ 0,1679	251,85

LOTE 63

Valor Máximo do Lote: R\$1.752,84 (um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG, COMPRIMIDO - CÓD BR 272320	272320	COMP	3.600	R\$ 0,4869	1.752,84

LOTE 64

Valor Máximo do Lote: R\$1.131,00 (um mil, cento e trinta e um reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA DE 2 ML - CÓD. BR 267310	267310	AMPOLA	1.000	R\$ 1,1310	1.131,00

LOTE 65

Valor Máximo do Lote: R\$29.977,50 (vinte e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ONDANSETRONA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 8 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA DE 4 ML - CÓD. BR 305751	305751	AMPOLA	10.500	R\$ 2,8550	29.977,50

LOTE 66

Valor Máximo do Lote: R\$1.126,88 (um mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	OXIBUPROCAÍNA 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO COM 10 ML - COD. BR 296120	296120	UN	50	R\$ 22,5375	1.126,88



LOTE 67

Valor Máximo do Lote: R\$4.502,88 (quatro mil, quinhentos e dois reais e oitenta e oito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML - CÓD. BR 272329	272329	AMPOLA	900	R\$ 5,0032	4.502,88

LOTE 68

Valor Máximo do Lote: R\$46.210,40 (quarenta e seis mil, duzentos e dez reais e quarenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE: 3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML - CÓD. BR 272336	272336	AMPOLA	8.000	R\$ 5,7763	46.210,40

LOTE 69

Valor Máximo do Lote: R\$37.451,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50MG + 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. 272334	272334	AMPOLA	5.000	R\$ 7,4902	37.451,00

LOTE 70

Valor Máximo do Lote: R\$25.668,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 2 ML - CÓD. BR 267769	267769	AMPOLA	8.000	R\$ 3,2085	25.668,00

LOTE 71

Valor Máximo do Lote: R\$949,10 (novecentos e quarenta e nove reais e dez centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	SERTRALINA CLORIDRATO 100 MG - COMPRIMIDO. COD. BR 272363	272363	COMP	2.160	R\$ 0,4394	949,10

LOTE 72

Valor Máximo do Lote: R\$499,18 (quatrocentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG, COMPRIMIDO - CÓD. BR 272365	272365	COMP	2.160	R\$ 0,2311	499,18

LOTE 73

Valor Máximo do Lote: R\$9.116,32 (nove mil, cento e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	SUXAMETÔNIO CLORETO 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO	268442	AMPOLA	400	R\$ 22,7908	9.116,32

	INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA - COD. BR 268442					
--	---	--	--	--	--	--

#### LOTE 74

Valor Máximo do Lote: R\$703,90 (setecentos e três reais e noventa centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, CONCENTRAÇÃO: 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10 ML - CÓD. 396853 UN 50 R\$ 14,08 703,90	396853	UN	50	R\$ 14,0780	703,90

#### LOTE 75

Valor Máximo do Lote: R\$40.299,60 (quarenta mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML - CÓD. BR 272091	272091	AMPOLA	22.000	R\$ 1,8318	40.299,60

#### LOTE 76

Valor Máximo do Lote: R\$37.551,00 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e um reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 2 ML - CÓD.BR 292382	292382	AMPOLA	10.000	R\$ 3,7551	37.551,00

#### LOTE 77

Valor Máximo do Lote: R\$2.689,44 (dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLORPROMAZINA 25 MG/ 5 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 5 ML - CÓD. BR 268069	268069	AMPOLA	800	R\$ 3,3618	2.689,44

#### LOTE 78

Valor Máximo do Lote: R\$9.213,68 (nove mil, duzentos e treze reais e sessenta e oito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DESLANÓSIDO 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 2 ML - CÓD. BR 276283	276283	AMPOLA	2.800	R\$ 3,2906	9.213,68

#### LOTE 79

Valor Máximo do Lote: R\$4.546,86 (quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DETERGENTE ENZIMÁTICO A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE, ADICIONAL: PARA AUTOMAÇÃO - COD. BR 476022	476022	LT	150	R\$ 30,3124	4.546,86

**LOTE 80**

Valor Máximo do Lote: R\$620,83 (seiscentos e vinte reais e oitenta e três centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML, ELIXIR - FRASCO 120 ML - CÓD. BR 268243	268243	UN	100	R\$ 6,2083	620,83

**LOTE 81**

Valor Máximo do Lote: R\$312,75 (trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DIAZEPAN 10 MG - COMPRIMIDO - CÓD. BR 267197	267197	COMP	2.500	R\$ 0,1251	312,75

**LOTE 82**

Valor Máximo do Lote: R\$2.301,80 (dois mil, trezentos e um reais e oitenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DIAZEPAM, 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML- CÓD. BR 267194	267194	AMPOLA	2.000	R\$ 1,1509	2.301,80

**LOTE 83**

Valor Máximo do Lote: R\$13.111,70 (treze mil, cento e onze reais e setenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DICLOFENACO SAL SÓDICO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 3 ML - CÓD. BR 271003	271003	AMPOLA	7.000	R\$ 1,8731	13.111,70

**LOTE 84**

Valor Máximo do Lote: R\$1.126,72 (um mil, cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DIDROGESTERONA 10MG - CAIXA COM 28 COMPRIMIDO - CÓDIGO BR 305494	305494	CX	20	R\$ 56,3360	1.126,72

**LOTE 85**

Valor Máximo do Lote: R\$5.858,70 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLOREXIDINA DIGLUCONATO 0,5%, SOLUÇÃO ALCOOLICA - FRASCO DE 1 LITRO - CÓD. 269878	269878	UN	300	R\$ 19,5290	5.858,70

**LOTE 86**

Valor Máximo do Lote: R\$8.606,91 (oito mil, seiscentos e seis reais e noventa e um centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	CLOREXIDINA DIGLUCONATO 2%, DEGERMANTE - FRASCO DE 1 LITRO - CÓD. BR 269876	269876	FR	300	R\$ 28,6897	8.606,91

**LOTE 87**

Valor Máximo do Lote: R\$5.274,54 (cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
-------	---------------	-----------	-------	--------	------------------	------------------------

1	CLOREXIDINA DIGLUCONATO 2%, SOLUÇÃO TÓPICA - FRASCO DE 1 LITRO - CÓD. BR 269880	269880	UN	300	R\$ 17,5818	5.274,54
---	---	--------	----	-----	-------------	----------

#### LOTE 88

Valor Máximo do Lote: R\$749,40 (setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, DOSAGEM: 5 MG, TIPO MEDICAMENTO: SUBLINGUAL - CÓDIGO BR 273395	273395	COMP	1.500	R\$ 0,4996	749,40

#### LOTE 89

Valor Máximo do Lote: R\$822,00 (oitocentos e vinte e dois reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO 5 MG, SUBLINGUAL - COMPRIMIDO - CÓD. BR 267203	267203	COMP	3.000	R\$ 0,2740	822,00

#### LOTE 90

Valor Máximo do Lote: R\$72.105,00 (setenta e dois mil, cento e cinco reais).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 2 ML - CÓD. 268252	268252	AMPOLA	25.000	R\$ 2,8842	72.105,00

#### LOTE 91

Valor Máximo do Lote: R\$9.876,18 (nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e dezoito centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, APRESENTAÇÃO: SPRAY ORAL, DOSAGEM: 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR - FRASCO COM 200 DOSES - CÓDIGO BR 267581.	267581	UN	300	R\$ 32,9206	9.876,18

#### LOTE 92

Valor Máximo do Lote: R\$16.909,86 (dezesseis mil, novecentos e nove reais e oitenta e seis centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, APRESENTAÇÃO: SPRAY NASAL, DOSAGEM: 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL - FRASCO DE 200 DOSES - CÓDIGO BR 267582.	267582	UN	600	R\$ 28,1831	16.909,86

LOTE 93

Valor Máximo do Lote: R\$2.786,85 (dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	BETAMETASONA, DIPROPIONATO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM: 5MG + 2MG, USO: INJETAVEL AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 270590	270590	AMPOLA	500	R\$ 5,5737	2.786,85

LOTE 94

Valor Máximo do Lote: R\$2.465,67 (dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 20 ML - CÓD. BR 272190	272190	AMPOLA	300	R\$ 8,2189	2.465,67

LOTE 95

Valor Máximo do Lote: R\$6.117,20 (seis mil, cento e dezessete reais e vinte centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	EPINEFRINA 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 268255	268255	AMPOLA	4.000	R\$ 1,5293	6.117,20

LOTE 96

Valor Máximo do Lote: R\$7.528,32 (sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	FENITOINA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 5 ML - CÓDIGO BR 267107	267107	AMPOLA	1.600	R\$ 4,7052	7.528,32

LOTE 97

Valor Máximo do Lote: R\$7.140,96 (sete mil, cento e quarenta reais e noventa e seis centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 300722	300722	AMPOLA	1.800	R\$ 3,9672	7.140,96

LOTE 98

Valor Máximo do Lote: R\$99.926,10 (noventa e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e dez centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ENOXAPARINA 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL COM 1 SERINGA PREENCHIDA - SERINGA DE 0,40ML - CÓD. BR 448982	448982	AMPOLA	4.500	R\$ 22,2058	99.926,10

LOTE 99

Valor Máximo do Lote: R\$26.386,70 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ENOXAPARINA 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL COM 1	448982	AMPOLA	1.000	R\$ 26,3867	26.386,70

	SERINGA PREENCHIDA - SERINGA DE 0,60ML - CÓD. BR 448982 AMPOLA					
--	--	--	--	--	--	--

**LOTE 100**

Valor Máximo do Lote: R\$5.467,14 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos).

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 10 ML - CÓD. BR 270116	270116	AMPOLA	300	R\$ 18,2238	5.467,14

**LOTE 101**

Valor Máximo do Lote: **R\$25.812,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e doze reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FITOMENADIONA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA DE 1 ML - CÓD. 292399</b>	292399	<b>AMPOLA</b>	<b>8.000</b>	<b>R\$ 3,2265</b>	<b>25.812,00</b>

**LOTE 102**

Valor Máximo do Lote: **R\$370,95 (trezentos e setenta reais e noventa e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FLUCONAZOL 150 MG COMPRIMIDO - CÓD. BR 267662</b>	267662	<b>COMP</b>	<b>500</b>	<b>R\$ 0,7419</b>	<b>370,95</b>

**LOTE 103**

Valor Máximo do Lote: **R\$3.156,60 (três mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FLUCONAZOL 2 MG/ML EV SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO DE 50 ML - CÓD. BR 271116</b>	271116	<b>AMPOLA</b>	<b>150</b>	<b>R\$ 21,0440</b>	<b>3.156,60</b>

**LOTE 104**

Valor Máximo do Lote: **R\$6.036,10 (seis mil e trinta e seis reais e dez centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 5 ML - CÓD. BR 268510</b>	268510	<b>AMPOLA</b>	<b>500</b>	<b>R\$ 12,0722</b>	<b>6.036,10</b>

**LOTE 105**

Valor Máximo do Lote: **R\$174,78 (cento e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FORMALDEÍDO (FORMOL) LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, CONCENTRAÇÃO À 10% , EM SOLUÇÃO AQUOSA TAMPONADA - 1.000 ML - CÓD. BR 443871</b>	443871	<b>LT</b>	<b>15</b>	<b>R\$ 11,6520</b>	<b>174,78</b>

**LOTE 106**

Valor Máximo do Lote: **R\$7.193,00 (sete mil, cento e noventa e três reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, DOSAGEM: FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO</b>		<b>UN</b>	<b>1.000</b>	<b>R\$ 7,1930</b>	<b>7.193,00</b>

	<b>DIBÁSICO 6% - FRASCO DE 125 ML - CÓD. 267328</b>					
--	---	--	--	--	--	--

**LOTE 107**

Valor Máximo do Lote: **R\$48.076,50 (quarenta e oito mil e setenta e seis reais e cinquenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>DEXAMETASONA, 4MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA DE 2,5 ML - CÓD. 292427</b>	292427	<b>AMPOLA</b>	<b>15.000</b>	<b>R\$ 3,2051</b>	<b>48.076,50</b>

**LOTE 108**

Valor Máximo do Lote: **R\$2.101,29 (dois mil, cento e um reais e vinte e nove centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>PREDNISOLONA: FOSFATO SÓDICO, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - FRASCO COM 60 ML - CÓD. BR 448595</b>	448595	<b>UN</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 7,0043</b>	<b>2.101,29</b>

**LOTE 109**

Valor Máximo do Lote: **R\$16.803,20 (dezesesseis mil, oitocentos e três reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 2 ML - CÓD. 267666</b>	267666	<b>AMPOLA</b>	<b>8.000</b>	<b>R\$ 2,1004</b>	<b>16.803,20</b>

**LOTE 110**

Valor Máximo do Lote: **R\$5.593,44 (cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>GEL CONDUTOR INCOLOR A BASE DE ÁGUA, PARA ULTRASSOM E FISIOTERAPIA, PH NEUTRO, ESTÉRIL - FRASCO 1 KG - CÓD BR 475840</b>	475840	<b>KILO</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 9,3224</b>	<b>5.593,44</b>

**LOTE 111**

Valor Máximo do Lote: **R\$136,98 (cento e trinta e seis reais e noventa e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO CÓD BR0267671</b>	0267671	<b>COMP</b>	<b>1.800</b>	<b>R\$ 0,0761</b>	<b>136,98</b>

**LOTE 112**

Valor Máximo do Lote: **R\$13.023,60 (treze mil e vinte e três reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>GLICERINA LIQUIDA C27H50O6 (TRIOCTANOATO DE GLICERILA), PESO MOLECULAR: 470,68 G/MOL, PUREZA MÍNIMA DE 99% NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 538-23-8 - 1000 ML - CÓD BR 483270</b>	483270	<b>LT</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 43,4120</b>	<b>13.023,60</b>

**LOTE 113**

Valor Máximo do Lote: **R\$3.287,40 (três mil, duzentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA DE 100 ML - CÓD. BR 353564</b>	353564	<b>AMPOLA</b>	<b>3.000</b>	<b>R\$ 1,0958</b>	<b>3.287,40</b>

**LOTE 114**

Valor Máximo do Lote: **R\$1.598,13 (um mil, quinhentos e noventa e oito reais e treze centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>GLICONATO DE CÁLCIO 10% SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML. CÓDIGO BR 270019</b>	270019	<b>UN</b>	<b>900</b>	<b>R\$ 1,7757</b>	<b>1.598,13</b>

**LOTE 115**

Valor Máximo do Lote: **R\$9.215,00 (nove mil, duzentos e quinze reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HALOPERIDOL 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML - CÓDIGO BR0292196</b>	0292196	<b>AMPOLA</b>	<b>2.000</b>	<b>R\$ 4,6075</b>	<b>9.215,00</b>

**LOTE 116**

Valor Máximo do Lote: **R\$5.304,46 (cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HALOPERIDOL 5 MG, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 292196</b>	292196	<b>AMPOLA</b>	<b>350</b>	<b>R\$ 15,1556</b>	<b>5.304,46</b>

**LOTE 117**

Valor Máximo do Lote: **R\$4.152,24 (quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NOREPINEFRINA 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 4 ML - CÓD. 442584</b>	442584	<b>UNI</b>	<b>800</b>	<b>R\$ 5,1903</b>	<b>4.152,24</b>

**LOTE 118**

Valor Máximo do Lote: **R\$33.548,20 (trinta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML, INJETÁVEL - AMPOLA DE 0,25MG - CÓD. 272796</b>	272796	<b>AMPOLA</b>	<b>3.500</b>	<b>R\$ 9,5852</b>	<b>33.548,20</b>

**LOTE 119**

Valor Máximo do Lote: **R\$144.977,40 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML, INJETÁVEL - AMPOLA DE 5 ML - CÓD. 272796</b>	272796	<b>FR</b>	<b>6.000</b>	<b>R\$ 24,1629</b>	<b>144.977,40</b>

**LOTE 120**

Valor Máximo do Lote: **R\$60,48 (sessenta reais e quarenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
-------	---------------	-----------	-------	--------	------------------	------------------------



1	<b>HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO - CÓD. BR 267674</b>	267674	<b>COMP</b>	<b>1.800</b>	<b>R\$ 0,0336</b>	<b>60,48</b>
---	--	--------	-------------	--------------	-------------------	--------------

**LOTE 121**

Valor Máximo do Lote: **R\$1.449,78 (um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HIDRÓXIDO DE ALUMINIO 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL - FR 150 ML. CÓD BR 433257</b>	433257	<b>UN</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 4,8326</b>	<b>1.449,78</b>

**LOTE 122**

Valor Máximo do Lote: **R\$17.232,00 (dezesete mil, duzentos e trinta e dois reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HIPOCLORITO DE SÓDIO, SOLUÇÃO AQUOSA, TEOR MINIMO DE 1,5% DE CLORO ATIVO - LITRO - CÓD. 437154</b>		<b>LT</b>	<b>1.200</b>	<b>R\$ 14,3600</b>	<b>17.232,00</b>

**LOTE 123**

Valor Máximo do Lote: **R\$893,38 (oitocentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>IODOFÓRMIO, ASPECTO FISICO: PÓ OU CRISTAL LUSTROSO AMARELO, ODOR DESAGRADAVEL, FÓRMULA QUIMICA: CHI3 (TRI- IOMETANO), PESO MOLECULAR: 393,73 G/MOL, PUREZA MINIMA DE 99%, NUMERO DE REFERENCIA QUIMICA: CAS 75-47-8 - 10 G - CÓD. 419258</b>	419258	<b>FR</b>	<b>35</b>	<b>R\$ 25,5250</b>	<b>893,38</b>

**LOTE 124**

Valor Máximo do Lote: **R\$28.216,56 (vinte e oito mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>IODOPOVIDONA (PVPI), CONCETRAÇÃO: A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO DEGERMANTE - FRASCO DE 1000ML - CÓD. BR 398705</b>	398705	<b>LT</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 47,0276</b>	<b>28.216,56</b>

**LOTE 125**

Valor Máximo do Lote: **R\$28.704,48 (vinte e oito mil, setecentos e quatro reais e quarenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>IODOPOVIDONA (PVPI), CONCENTRAÇÃO: A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA 1000 ML - CÓD.398706</b>	398706	<b>LT</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 47,8408</b>	<b>28.704,48</b>

**LOTE 126**

Valor Máximo do Lote: **R\$923,44 (novecentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
-------	---------------	-----------	-------	--------	---------------------	---------------------------

1	LACTULOSE 667 MG/ML, XAROPE 120 ML - CÓD. BR 383750	383750	UNI	100	R\$ 9,2344	923,44
---	---	--------	-----	-----	------------	--------

LOTE 127

Valor Máximo do Lote: **R\$1.387,58 (um mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - BOLSA DE 100 ML - CÓD. BR 332985	332985	UN	200	R\$ 6,9379	1.387,58

LOTE 128

Valor Máximo do Lote: **R\$1.465,76 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LIDOCAINA CLORIDRATO 10%, SPRAY - FRASCO DE 50 ML - CÓD. BR 269845	269845	UNI	20	R\$ 73,2882	1.465,76

LOTE 129

Valor Máximo do Lote: **R\$1.561,56 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LORATADINA 1MG/ML - XAROPE, FRASCO 100 ML - CÓD. BR 273467	273467	UN	300	R\$ 5,2052	1.561,56

LOTE 130

Valor Máximo do Lote: **R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LOSARTANA POTASSICA, 50 MG - COMPRIMIDO - CÓDIGO BR 268856	268856	COMP	1.500	R\$ 0,0900	135,00

LOTE 131

Valor Máximo do Lote: **R\$901,80 (novecentos e um reais e oitenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL COM 100ML - CÓD. BR 267646	267646	UN	300	R\$ 3,0060	901,80

LOTE 132

Valor Máximo do Lote: **R\$133,56 (cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG - COMPRIMIDO - CÓD. BR 267651	267651	COMP	1.800	R\$ 0,0742	133,56

LOTE 133

Valor Máximo do Lote: **R\$1.050,27 (um mil e cinquenta reais e vinte e sete centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	LEVOMEPRMAZINA 40 MG/ML 4% SOLUÇÃO ORAL - FRASCO DE 20 ML - CÓD. BR 268130	268130	UN	80	R\$ 13,1284	1.050,27

LOTE 134

Valor Máximo do Lote: **R\$16.221,00 (dezesesseis mil, duzentos e vinte e um reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>METILERGOMETRINA MALEATO 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. 268264</b>	268264	<b>AMPOLA</b>	<b>5.000</b>	<b>R\$ 3,2442</b>	<b>16.221,00</b>

LOTE 135

Valor Máximo do Lote: **R\$26.494,80 (vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>MANITOL 20% , SOLUÇÃO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO - BOLSA DE 250 ML- CÓD. 299675</b>	299675	<b>UN</b>	<b>2.000</b>	<b>R\$ 13,2474</b>	<b>26.494,80</b>

LOTE 136

Valor Máximo do Lote: **R\$4.559,75 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>MEROPENEM 1 G, INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA - CÓD BR 268488</b>	268488	<b>AMPOLA</b>	<b>250</b>	<b>R\$ 18,2390</b>	<b>4.559,75</b>

LOTE 137

Valor Máximo do Lote: **R\$557,10 (quinhentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NEOSTIGMINA METILSULFATO 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. 273457</b>	273457	<b>UNI</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 1,8570</b>	<b>557,10</b>

LOTE 138

Valor Máximo do Lote: **R\$23.482,20 (vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>METRONIDAZOL 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 100ML - FRASCO - CÓDIGO BR 268498</b>	268498	<b>UN</b>	<b>3.000</b>	<b>R\$ 7,8274</b>	<b>23.482,20</b>

LOTE 139

Valor Máximo do Lote: **R\$3.670,20 (três mil, seiscentos e setenta reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>MIDAZOLAM 5 MG/ML, INJETÁVEL - AMPOLA DE 3 ML - CÓD BR 268481</b>	268481	<b>AMPOLA</b>	<b>1.000</b>	<b>R\$ 3,6702</b>	<b>3.670,20</b>

LOTE 140

Valor Máximo do Lote: **R\$25.266,96 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>MISOPROSTOL 200 MCG, COMPRIMIDO VAGINAL - CÓD. BR 358755</b>	358755	<b>CÁPS</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 42,1116</b>	<b>25.266,96</b>

LOTE 141

Valor Máximo do Lote: **R\$686,75 (seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL MONONITRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 273404</b>		<b>AMPOLA</b>	<b>250</b>	<b>R\$ 2,7470</b>	<b>686,75</b>

LOTE 142

Valor Máximo do Lote: **R\$20,81 (vinte reais e oitenta e um centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>MONTELUCASTE SÓDICO, 10 MG - COMPRIMIDO- CÓD. BR 276271</b>	276271	<b>UN</b>	<b>30</b>	<b>R\$ 0,6938</b>	<b>20,81</b>

LOTE 143

Valor Máximo do Lote: **R\$2.062,60 (dois mil e sessenta e dois reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NALOXONA CLORIDRATO 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 272326</b>	272326	<b>AMPOLA</b>	<b>200</b>	<b>R\$ 10,3130</b>	<b>2.062,60</b>

LOTE 144

Valor Máximo do Lote: **R\$1.266,52 (um mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRAÇÃO 5MG + 250UI/G, POMADA - BISNAGA 15 G - CÓDIGO BR 273167</b>	273167	<b>UNI</b>	<b>400</b>	<b>R\$ 3,1663</b>	<b>1.266,52</b>

LOTE 145

Valor Máximo do Lote: **R\$1.536,43 (um mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NISTATINA 100.000 UI/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO COM 50 ML. CÓD BR 267378</b>	267378	<b>UN</b>	<b>250</b>	<b>R\$ 6,1457</b>	<b>1.536,43</b>

LOTE 146

Valor Máximo do Lote: **R\$1.714,53 (um mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NISTAINA ASSOCIADA COM ÓXIDO DE ZINCO, 100.000 UI+200 MG/G, CREME - BISNAGA DE 60 GR - CÓD. BR 279297</b>		<b>UNI</b>	<b>150</b>	<b>R\$ 11,4302</b>	<b>1.714,53</b>

LOTE 147

Valor Máximo do Lote: **R\$2.976,00 (dois mil, novecentos e setenta e seis reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NITAZOXANIDA 20 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL - FRASCO DE 100 ML - CÓD. 368640</b>	368640	<b>UN</b>	<b>150</b>	<b>R\$ 19,8400</b>	<b>2.976,00</b>

LOTE 148

Valor Máximo do Lote: **R\$25.312,20 (vinte e cinco mil, trezentos e doze reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NITROGLICERINA 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSO - AMPOLA DE 5 ML - CÓD. BR 268970</b>	268970	<b>AMPOLA</b>	<b>500</b>	<b>R\$ 50,6244</b>	<b>25.312,20</b>

LOTE 149

Valor Máximo do Lote: **R\$9.155,10 (nove mil, cento e cinquenta e cinco reais e dez centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>NITROPRUSSETO DE SODIO 50 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL EV - AMPOLA DE 2 ML - CÓD. BR 273719</b>	273719	<b>AMPOLA</b>	<b>500</b>	<b>R\$ 18,3102</b>	<b>9.155,10</b>

LOTE 150

Valor Máximo do Lote: **R\$35.272,20 (trinta e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>OCITOCINA 5 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 268277</b>	268277	<b>AMPOLA</b>	<b>6.000</b>	<b>R\$ 5,8787</b>	<b>35.272,20</b>

LOTE 151

Valor Máximo do Lote: **R\$10.994,76 (dez mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSIÇÃO: (TRIGLICERÍDEOS, ÁC.CÁPRICO, CAPRÍLICO E LINOLÊICO) 200 ML, COMPONENTES: ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", CONCENTRAÇÃO: POLIHEXANIDA A 0,2% - CÓD. BR 348002</b>	348002	<b>UNI</b>	<b>1.200</b>	<b>R\$ 9,1623</b>	<b>10.994,76</b>

LOTE 152

Valor Máximo do Lote: **R\$2.316,00 (dois mil, trezentos e dezesseis reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>OMEPRAZOL 20MG - CÁPSULA - CÓD. BR 267712</b>	267712	<b>UN</b>	<b>20.000</b>	<b>R\$ 0,1158</b>	<b>2.316,00</b>

LOTE 153

Valor Máximo do Lote: **R\$82.488,60 (oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>OMEPRAZOL 40 MG, INJETÁVEL - PÓ FRASCO/AMPOLA 10 ML + DILUENTE - CÓD. BR 268160</b>	268160	<b>AMPOLA</b>	<b>9.000</b>	<b>R\$ 9,1654</b>	<b>82.488,60</b>

LOTE 154

Valor Máximo do Lote: **R\$1.727,60 (um mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>OXACILINA SÓDICA 500 MG, INJETAVEL - FRASCO AMPOLA 10 ML - CÓD. BR 268513</b>	268513	<b>AMPOLA</b>	<b>800</b>	<b>R\$ 2,1595</b>	<b>1.727,60</b>

**LOTE 155**

Valor Máximo do Lote: **R\$11.742,00 (onze mil, setecentos e quarenta e dois reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>PENTOXIFILINA 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 5 ML- CÓD. BR 335112</b>	335112	<b>AMPOLA</b>	<b>3.000</b>	<b>R\$ 3,9140</b>	<b>11.742,00</b>

**LOTE 156**

Valor Máximo do Lote: **R\$747,04 (setecentos e quarenta e sete reais e quatro centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>PROPATILNITRATO 10 MG, COMPRIMIDO- CÓD. BR 273135</b>	273135	<b>UN</b>	<b>1.080</b>	<b>R\$ 0,6917</b>	<b>747,04</b>

**LOTE 157**

Valor Máximo do Lote: **R\$8.067,43 (oito mil e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>PROPOFOL 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 20 ML - CÓD. BR 305935</b>	305935	<b>AMPOLA</b>	<b>700</b>	<b>R\$ 11,5249</b>	<b>8.067,43</b>

**LOTE 158**

Valor Máximo do Lote: **R\$73,35 (setenta e três reais e trinta e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG COMPRIMIDO - CÓD. BR 267772</b>	267772	<b>COMP</b>	<b>1.500</b>	<b>R\$ 0,0489</b>	<b>73,35</b>

**LOTE 159**

Valor Máximo do Lote: **R\$60.903,00 (sessenta mil, novecentos e três reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HIDRÓXIDO DE FERRO III, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 5 ML - CÓD. BR 448616</b>	448616	<b>AMPOLA</b>	<b>5.000</b>	<b>R\$ 12,1806</b>	<b>60.903,00</b>

**LOTE 160**

Valor Máximo do Lote: **R\$2.701,20 (dois mil, setecentos e um reais e vinte centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SIMETICONA, 75 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS - FRASCO DE 10 ML - CÓD. BR 412965</b>	412965	<b>UN</b>	<b>1.500</b>	<b>R\$ 1,8008</b>	<b>2.701,20</b>

**LOTE 161**

Valor Máximo do Lote: **R\$990,78 (novecentos e noventa reais e setenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SINVESTATINA 40 MG COMPRIMIDO - CÓD. BR 267745</b>	267745	<b>COMP</b>	<b>4.200</b>	<b>R\$ 0,2359</b>	<b>990,78</b>

LOTE 162

Valor Máximo do Lote: **R\$16.795,80 (dezesesseis mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HIDROCORTISONA, 100 MG, INJETAVEL - FRASCO AMPOLA - CÓD. BR 270220</b>	270220	<b>AMPOLA</b>	<b>3.000</b>	<b>R\$ 5,5986</b>	<b>16.795,80</b>

LOTE 163

Valor Máximo do Lote: **R\$26.769,60 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>HIDROCORTISONA, 500 MG, INJETAVEL - FRASCO AMPOLA C/ DILUENTE - CÓD. BR 270219</b>		<b>AMPOLA</b>	<b>4.000</b>	<b>R\$ 6,6924</b>	<b>26.769,60</b>

LOTE 164

Valor Máximo do Lote: **R\$837,68 (oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>METILPREDNISOLONA, SAL SUCCINATO, 500MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE DE 8 ML, INJETAVEL - FRASCO AMPOLA - CÓD. BR 271599</b>	271599	<b>UN</b>	<b>50</b>	<b>R\$ 16,7536</b>	<b>837,68</b>

LOTE 165

Valor Máximo do Lote: **R\$22.039,25 (vinte e dois mil e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>AMICACINA SULFATO, 250 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA DE 2 ML - CÓD. BR 268381</b>	268381	<b>AMPOLA</b>	<b>2.500</b>	<b>R\$ 8,8157</b>	<b>22.039,25</b>

LOTE 166

Valor Máximo do Lote: **R\$24.617,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezessete reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>GENTAMICINA 80 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 2 ML - CÓD. BR 269759</b>	269759	<b>AMPOLA</b>	<b>10.000</b>	<b>R\$ 2,4617</b>	<b>24.617,00</b>

LOTE 167

Valor Máximo do Lote: **R\$1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SULFATO DE MAGNESIO 10% - SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA DE 10 ML - CÓD.268076</b>	268076	<b>UNI</b>	<b>800</b>	<b>R\$ 1,5750</b>	<b>1.260,00</b>

LOTE 168

Valor Máximo do Lote: **R\$7.409,36 (sete mil, quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA DE 10 ML - CÓDIGO BR 268075</b>	268075	<b>UN</b>	<b>800</b>	<b>R\$ 9,2617</b>	<b>7.409,36</b>

LOTE 169

Valor Máximo do Lote: **R\$9.495,60 (nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SULFATO DE MORFINA 0,2 MG/ML (DIMORF) - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML - CÓD. BR 304872</b>	304872	<b>AMPOLA</b>	<b>1.500</b>	<b>R\$ 6,3304</b>	<b>9.495,60</b>

LOTE 170

Valor Máximo do Lote: **R\$3.744,30 (três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SULFATO DE MORFINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (DIMORF), AMPOLA 1 ML - CÓD. BR 304871</b>	304871	<b>AMPOLA</b>	<b>1.000</b>	<b>R\$ 3,7443</b>	<b>3.744,30</b>

LOTE 171

Valor Máximo do Lote: **R\$858,55 (oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE - FRASCO DE 100 ML - CÓD. BR 292331</b>	292331	<b>UN</b>	<b>350</b>	<b>R\$ 2,4530</b>	<b>858,55</b>

LOTE 172

Valor Máximo do Lote: **R\$4.732,75 (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA DE 1 ML- CÓD. BR 269818</b>	269818	<b>AMPOLA</b>	<b>2.500</b>	<b>R\$ 1,8931</b>	<b>4.732,75</b>

LOTE 173

Valor Máximo do Lote: **R\$6.135,29 (seis mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>TENOXICAM 20 MG, INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA - CÓD. BR 268532</b>	268532	<b>UN</b>	<b>700</b>	<b>R\$ 8,7647</b>	<b>6.135,29</b>

LOTE 174

Valor Máximo do Lote: **R\$1.721,58 (um mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>VANCOMICINA CLORIDRATO, 500 MG, INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA - CÓD BR 268540</b>	268540	<b>AMPOLA</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 5,7386</b>	<b>1.721,58</b>

LOTE 175

Valor Máximo do Lote: **R\$8.799,00 (oito mil, setecentos e noventa e nove reais).**

Ordem	Especificação	Código BR	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total (R\$)
1	<b>VASELINA LIQUIDA 1000 ML - PARAFINA LÍQUIDO, PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS, COMPOSIÇÃO: ÓLEO PARAFÍNICO MINERAL - CÓD BR 357926</b>	357926	<b>LT</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 29,3300</b>	<b>8.799,00</b>